



VESTÍGIOS DE UMA FÁBRICA BRITÂNICA EM FOTOGRAFIAS DE SEUS TRABALHADORES

Rute Andrade Castro

Universidade Federal da Bahia

rucastro81@hotmail.com

Resumo:

Este artigo é parte de uma pesquisa maior que estuda a exploração britânica de recursos minerais e humanos num contexto imperialista do século XIX, em uma vila do sul da Bahia- Brasil. Maraú faz parte da região conhecida com Costa do Dendê e no século XIX sua economia girava em torno da produção de produtos primários. Em meados do século XIX, entretanto, com a descoberta de carvão, turfa e xisto betuminoso, a vila de Maraú tornou-se conhecida dos britânicos, primeiro por Edward Pellew Wilson que obteve autorização imperial para explorações, apesar de já existirem brasileiros trabalhando nisso. Aproximadamente 20 anos depois a autorização foi transferida para seu compatriota John Cameron Grant, que abriu uma fábrica para produzir ácido sulfúrico, velas, sabão e sabonete. Aqui iremos explorar as possibilidades históricas de quatro fotografias deste empreendimento.

Palavras-chave Britânicos; Fábrica; Maraú; Minerais.

Abstract:

This article is part of a study that investigates the British exploitation of mineral, material and human resources within the imperialist context in an eighteenth century village in the south of Bahia-Brazil. Maraú is currently part of a region of the state of Bahia called Costa do Dendê and in the nineteenth century its economy belonged to the primary sector. In the middle of the 19th century, however, with the discovery of coal, peat and bituminous shale, the town of Maraú became known to the British, first by Edward Pellew Wilson who obtained authorization from the Imperial Government for exploration, although there were already Brazilians working on it. Nearly 20 years later, it was transferred to his compatriot John Cameron Grant, who opened a factory to produce sulfuric acid, candles, bar soap, and dish soap. Here we will explore the historical possibility of four pictures of that.

Keywords: British; Factory; Maraú; Minerals.

Para Burke analisar imagens adequadamente significa estar ciente de suas fragilidades, e acrescentamos que a fotografia é, antes de tudo, um discurso. Qual a imagem que se quer deixar para a posteridade? Diferente da grande maioria dos documentos escritos que os historiadores utilizam como fontes de pesquisa – a exemplo de escrituras, testamentos, processos cíveis e crime, certidões de nascimento, batismo ou óbito, dentre outros – mas não foram produzidos para isso, a fotografia é produzida dentro de uma concepção de eternização de algo. Quando se trata de pessoas, por exemplo, é a imagem de alguém que quer parecer forte, destemido, pai de família responsável, desbravador, trabalhador, rico, realizado etc. As fotografias são, portanto, reflexo não dos indivíduos ou dos objetos retratados, mas da imagem que se quer publicitar ou eternizar, de modo que podem ser fontes para estudar a história em diferentes nuances, as quais, segundo Burke, não se limitam aos aspectos materiais presentes:

Sejam eles pintados ou fotografados, os retratos registram não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances especiais. Porém, exatamente por essa razão, eles fornecem evidência inestimável a qualquer um que se interessa pela história de esperança, valores, mentalidades sempre em mutação. (BURKE, 2004: p. 35)

Entretanto, são muitas as dificuldades para se analisar imagens como fontes históricas e Burke (2004) defende que, apesar disso, é possível através delas perceber aspectos da realidade que os textos escritos, por exemplo, não contemplam mas, por outro lado, se o historiador não levar em consideração as intenções e motivos do fotógrafo ou do pintor, pode se equivocar seriamente nas interpretações. Abaixo são apresentadas quatro fotografias da fábrica aberta pela John Grant & Companhia em Marauá, das quais não dispomos de mais informações além das fornecidas pelas próprias imagens, o que, se não for suficiente para uma análise sem brechas, o será para uma discussão que problematize e enriqueça as fontes escritas já discutidas em outros momentos, algumas das quais serão trazidas para auxiliar na interpretação das imagens. O próprio Burke (2004) menciona que frequentemente não se sabe o contexto das fotografias, a identidade do fotógrafo e muito menos quais foram suas motivações, ou de quais coleções ou álbuns elas saíram. Nem por isso, entretanto, descarta sua utilização de maneira científica e esquemática, muito pelo contrário, até porque outros tipos de fontes quase sempre não aparecem do modo que desejamos, muito menos são metodologicamente perfeitos de acordo com nossos ideais. Ver além das primeiras impressões deve ser um exercício executado não só por olhos atentos e treinados, mas também guiados por informações tiradas de outros tipos de fontes, além do conhecimento historiográfico que

deve permear toda análise científica de fontes. Assim sendo, precisamos antes de tudo entender o contexto no qual as fotografias foram tiradas, sobretudo que empreendimento é este, onde se localizava como surgiu etc.

Uma fábrica inglesa em Maraú

Estamos tratando aqui da região de Maraú, sul do estado da Bahia, onde foram descobertos certos minerais no século XIX e cuja exploração e estudos foram iniciados por empresários locais, mas na segunda metade do século suas pretensões foram frustradas quando o governo imperial concedeu a um britânico, Edward Pellew Wilson, a autorização para as explorações. Já se desconfiava da existência de jazidas de combustíveis fósseis em Maraú desde a primeira metade do século XIX, como atesta a fala de Antônio Ignácio d'Azevedo, presidente da província em 1847¹. Através destas falas dos presidentes ao longo dos anos se verifica o interesse imperial no assunto, sedento que estava o país por fontes de energia diante de sua insipiente industrialização e dependência quase total do carvão inglês. Maraú, vila que fazia parte da Comarca de Camamu, possuía relevante produção de produtos primários como farinha, piaçava e cacau mas, por várias décadas a partir de meados do século XIX, foi palco de conflitos e estudos do seu subsolo em busca de tais riquezas, sobretudo do carvão de pedra e turfa, como podemos verificar em diversos documentos ligados à Presidência da Província da Bahia, desde as falas dos presidentes até relatórios enviados pelas Câmaras Municipais ou pelos profissionais que realizaram tais estudos.

João da Costa Junior (negociante e comendador) é o primeiro nome citado dentre os interessados nesta exploração, à qual vários outros se ligam ao longo de décadas. Após algumas especulações preliminares, as explorações seguiram na fazenda João Branco com o grupo liderado pelos filhos deste comendador. As pesquisas sobre o potencial mineral do solo seguiram ao longo dos anos, incluindo remessas de amostras para serem analisadas no Museu Nacional, e este grupo se dedicou a tal empreitada em suas terras até que, depois de muitas suspeitas e comprovações de riquezas minerais realizadas por brasileiros, os olhos britânicos se voltaram para a região, experientes que eram na busca por fontes de energia.

Assim, em 1869 foi concedida a Edward Pellew Wilson, através do decreto imperial de número 4386², "permissão por 30 anos para lavar carvão de pedra, turfa e outros minerais nas margens do Rio Marahú na Província da Bahia" (sic). Há apenas 2 anos havia

¹ Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>, acesso em janeiro de 2016.

² As informações referentes a este decreto imperial foi retirada da Coleção das leis do Império do Brasil de 1869 Tomo XXIX Parte 1. Rio de Janeiro: Typhographia Nacional, 1869.

sido revogada a proibição de estrangeiros dedicarem-se à exploração mineira e não importou ao governo o fato de que a área estava dentro de uma propriedade particular cujos donos, Antônio Martins da Silva e João da Costa Junior, protestaram junto ao Império que, em caráter inapelável, decidiu ser legítima a exploração das riquezas do solo por aquele que tinha interesse e dinheiro para tal investimento³. Alguns anos depois saía um novo decreto imperial, nº 9328, permitindo que ele transferisse a seus conterrâneos John Cameron Grant e Lord Walsingham as concessões referentes à região de Maraú. Assim, Lord Washington e John Grant deram início a uma fábrica da John Grant & Companhia em 1884, e em 1891 a venderam para a Companhia Internacional de Maraú, também administrada por britânicos, funcionando até pelo menos 1898⁴. A fábrica contava com cerca de 300 funcionários e utilizava de grandioso maquinário necessário para produzir produtos que exigiam conhecimento químico e amplas estruturas, como velas, sabão, sabonete, ácido sulfúrico e querosene.

As fotografias abaixo nos ajudam a entender parte dessa história, pois trazem imagens de maquinários, trabalhadores, espaço físico da fábrica e várias outras informações que compõe uma pesquisa maior cujo objetivo central é compreender o porque de os britânicos terem voltado seus olhos para uma região tão distante dos grandes centros econômicos brasileiros e como isso se deu. Até o momento temos como documentação mais consistente escrituras de compra e venda relacionadas às explorações minerais, e dois processos, um de penhora da fábrica e o outro de um crime que lá aconteceu, todos guardados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). A penhora realizou-se em 1898 e atesta o fim das atividades minerais britânicas em Maraú, pois se trata de um levantamento do que restou da fábrica. O crime aconteceu quando um dos funcionários se desentendeu com dos maquinistas da fábrica, agredindo-o e, ao se demitir, não aceitou o valor pago, retornando horas depois para tentar matar um dos britânicos responsáveis, mas acabou sendo morto ao receber um tiro de George Anderson, guarda livros da fábrica, e outro do próprio John Grant, referido no processo como gerente; este processo nos deu o mais rico conjunto de informações reunidas num único documento, além de nos fornecer nomes de pessoas envolvidas e assim possibilitar que fossemos aos poucos desvelando os contornos deste empreendimento.

³ Tais questionamentos foram feitos através da Câmara Municipal de Maraú, cuja documentação foi acessada na Sessão Colonial e Provincial do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

⁴ Foram localizados no APEB, Seção colonial provincial, os livros contendo escrituras de compra e venda de terras ligadas à Companhia Internacional, contendo 07 arquivos.

Desse modo, quando tivemos acesso às fotografias que abaixo seguem, nos foi possível uma análise contrapondo as imagens às informações das fontes escritas, num exercício bastante profícuo para o andamento desta pesquisa. As imagens das fotografias foram cedidas pelo colecionador Ubaldo Senna e reproduzidas por Josué Ribeiro. Na Fotografia 1, vemos um grupo de homens trabalhadores na frente de pesados equipamentos; na Fotografia 2 temos uma foto panorâmica do que possivelmente seria o local de embarque de mercadorias por conta dos trapiches, guinchos, trilhos que pra esta estrutura convergiam e mercadorias empilhadas próximas a uma vegetação de mangue; na Fotografia 3 temos alguns homens próximos a carros de transporte de mercadorias a barris ao fundo; na Fotografia 4 temos uma amostra mais clara de um grupo de trabalhadores onde ficam evidentes as distinções raciais.

Descortinando as imagens

Seguindo a ordem em que aparecem, começemos pela Fotografia 1. Há um pequeno grupo de trabalhadores sendo os do centro da imagem brancos, e os outros negros. A maior parte dos brancos está mais ao centro da foto, com exceção de um bem à esquerda, quase sumido, que talvez chegou de último hora mas coube dentro do enquadramento do fotógrafo. Existe assim uma espécie de demonstração hierárquica, esses são os donos, chefes, no centro, aqueles são os empregados, simples trabalhadores braçais, periféricos. Como trouxe Santos (2015), a região de Marau foi por muitos anos um considerável receptáculo de pessoas escravizadas originárias da África, e a posição desses trabalhadores negros pode mostrar qual o lugar que seus descendentes ocupavam neste empreendimento aberto por forasteiros britânicos.

Fotografia 1 – John Grant e seus trabalhadores



FONTE: Ubaldo Senna, acervo particular.

A posição social também pode ser inferida através das vestimentas: os que estão mais perto da borda tem roupas mal feitas, mal ajustadas ao seu corpo, abertas na barriga talvez por não terem todos os botões e quando colocadas dentro das calças dão a impressão de que o foram às pressas por quem não costuma se apresentar assim, os pés que aparecem estão descalços, os braços estendidos ao longo do corpo sugerem não só pouca intimidade com as lentes mas também com os equipamentos, cenário da foto. Já os do centro da fotografia calçam sapatos, tem roupas alinhadas, colocadas por dentro da calça, usando suspensórios, coletes e até mesmo terno – incluindo aí a corrente de um relógio, compondo um dos trajes “apresentáveis” do século XIX. Para além disso, sua linguagem corporal passa confiança, estão à vontade, com mãos na cintura, braços cruzados, pernas e braços apoiados nos equipamentos, passando uma imagem de vigor e intimidade com tais estruturas. Essas eram ousadas para a época, compondo grandiosas instalações pensadas e executadas por eles, detentores de um conhecimento acumulado pelas inovações técnicas da Revolução Industrial já consolidada em muitas regiões da Grã Bretanha, de onde eram originários. O que seriam estes tubos cujo diâmetro era superior à altura de um homem adulto? Atualmente existem tubos com espessura similar que servem para transporte de petróleo, os oleodutos, o que nos leva a imaginar que estes seriam usados para semelhante finalidade, apesar de compostos de material diferente dos de aço e carbono da atualidade.

Ao fundo parece a lateral de um navio. Estariam na beira do rio descarregando este material? Alguns parecem estar em solo, mas os homens que estão no centro da foto pisam sobre uma estrutura curvada, como a borda de uma embarcação improvisada para se aproximar da terra, presa por ganchos e cordas bastante grossas. Corroborando com essa suposição, temos a Fotografia 2, onde aparece ao fundo uma estrutura triangular em madeira semelhante à da Fotografia 1, ou talvez o mesmo local, ficando mais fácil perceber que se trata da beira do rio por conta da vegetação em frente e do trapiche instalado. Outro elemento que confirma a proximidade do rio é o acúmulo de mercadorias no final da linha férrea, deixando claro que um de seus objetivos era conduzir as mercadorias para serem escoadas por via fluvial diante do difícil acesso à região ainda nos dias atuais. Para se chegar a Marau nem sempre a estrada, de barro, está viável a veículos comuns e o acesso à fazenda João Branco é possível apenas pelo rio. Longe de incorrer no equívoco do anacronismo, tal assertiva não se baseia apenas no senso comum de imaginar que se hoje é assim, no século XIX seria pior, mas em várias correspondências enviadas pelas Câmaras das vilas da região queixando-se da falta de estradas para escoar a produção dos gêneros produzidos em toda região.⁵

São vistos tonéis, caixas, tubos próximos a um equipamento que muito provavelmente fora construído para içar mercadorias pesadas ao carregar ou descarregar embarcações. Parecem se acumular esperando um navio chegar e levar as caixas que continham velas, sabonetes ou petróleo preparado para uso em lampiões, da marca Brasoline, cuidadosamente registrada por Grant para se diferenciarem das demais produzidas em outros locais, cujo logotipo era gravado a fogo diretamente sobre as “barricas”, caixas de madeira ou tambores de metal através de uma chapa. O equipamento está colocado na borda de uma estrutura em madeira que avança rio adentro, como uma plataforma para permitir que os barcos encostassem, mas ela não é vasada como uma ponte, é completamente preenchida de madeira, como para suportar grandes pesos e pressões, equipamentos e mercadorias pesadas. Ao seu lado uma barreira de pedras talvez para conter as águas do rio quando a maré subia.

Fotografia 2 – Trapiches

⁵ Tais correspondências foram localizadas no APEB.



FONTE: Ubaldo Senna, acervo particular.

A Fotografia 1 revela mais das pessoas que estão posando para a foto, e a 2 revela mais diretamente o olhar do fotógrafo. Porque quis registrar essa imagem panorâmica de um ambiente de carga e descarga, com grandiosos equipamentos, trilho e pessoas apenas ao longe, ou seja, claramente sua intenção não era registra-las, mas sim os equipamentos. É possível distinguir apenas um trabalhador ao fundo de forma tão secundária que é impossível dizer qual atividade está desempenhando. Aparentemente nenhuma atividade está sendo realizada, não se vê nenhum homem operando os equipamentos nem sequer empurrando o carrinho sobre os trilhos. A fábrica contava com mais de 300 trabalhadores e os documentos encontrados dão conta de intensa atividade, o que nos faz pensar que o fotógrafo escolheu esse momento de forma deliberada, talvez um final de turno, um sábado, pois caso contrário, os trabalhadores se fariam presentes na imagem e provavelmente não era isso que ele desejava capturar. Talvez quisesse mostrar o que mais lhe impressionou na localidade, grandes equipamentos para viabilizar o escoamento das mercadorias pelo rio. O mais provável é que tenha sido um profissional contratado pelos donos da fábrica para registrar tais imagens, ou que o fez por conta própria com o intuito de vender a quem interessasse.

Na Fotografia 3, por outro lado, os trabalhadores parecem dividir o interesse do fotógrafo com o ambiente, estão no centro, mas a imagem abrange também uma construção

alta e distante, que seria facilmente descartada caso não fosse de interesse do fotógrafo, que enquadrou a imagem exatamente até ela.

Fotografia 3 – Trabalhadores conduzindo carro nos trilhos



FONTE: Ubaldo Senna, acervo particular.

Aparecem três carros usados para correr sobre os trilhos e facilitar o transporte dos produtos até os barcos, sendo o mais ao fundo maior e aberto, talvez para se adaptar melhor aos tonéis; alguns estão sobre o carro, outros no chão, como se o trabalho de descarregar tivesse sido interrompido ou aquele fosse o local onde eram deixados vazios, já que não existiu preocupação em empilhar. São seis trabalhadores – um quase não se distingue atrás do primeiro carro, e outro atrás de um dos companheiros – estando alguns com um peso sobre os ombros, aparentemente tábuas de madeira. O ambiente é de trabalho, e eles foram colocados ali para compor este cenário, diferentemente da Fotografia 2, onde o único trabalhador aparece despreziosamente e tão distante que não se pode dizer o que estava fazendo.

Aqui eles estão em primeiro plano, posando pra foto mas envolvidos no seu serviço, ainda com peso sobre os ombros, um pouco de lado, pararam do jeito que estavam trabalhando, na mesma posição, para que suas imagens fossem capturadas dando ideia de movimento. Dois deles quase nem aparecem, apenas seus chapéus afinal, não seriam

fotografados enquanto indivíduos, mas enquanto categoria, os empregados executando seu serviço. No processo do crime que aconteceu na Usina, um dos maquinistas, James Smith distingue os trabalhadores da fábrica entre “empregados” e “encarregados”, sendo os primeiros funcionários simples e braçais que cumpriam ordens, e os segundos funcionários que ocupavam cargos de chefia – e todos mencionados por ele como exemplo eram ingleses. Assim sendo, podemos afirmar que esses indivíduos seriam representantes dos “empregados”.

Ao fundo temos uma construção no alto cuja imagem nos leva a inferir que podia ser uma das casas destinadas à moradia de trabalhadores. No processo de penhora da Companhia Internacional de Maraú, temos a descrição de tudo que restava de sua estrutura em 1898, e consta a existência de uma habitação que teria 20 quartos, uma sala de refeições e duas varandas. Existiria ainda uma outra casa semelhante a esta, mas destinada aos funcionários superiores, que totalizaria 14 compartimentos, sem discriminar entretanto quantos quartos. Pelo número de janelas é possível que se trate desta última acomodação, mas sobretudo por estar no alto pois, no depoimento que John Grant dá em sua defesa por ocasião do assassinato ocorrido lá – mencionado acima –, declara que depois de mandar chamar o delegado, “subiu” para acalmar os ingleses, ou seja, o alojamento ficava num aclave.

Entretanto, diferentemente da menção racial dada em alguns discursos que aparecem no referido processo crime, ao olharmos a Fotografia 4 o que vemos é uma perfeita mescla entre brasileiros e os que inferimos serem britânicos devido ao tom da pele incompatível com a herança genética da região – maioria negra (SANTOS, 2015), ou sequer com o fenótipo brasileiro. Convém, entretanto, não nos enganarmos com o que vemos inicial e despretensiosamente.

Fotografia 4 – Os trabalhadores da Fábrica



FONTE: Ubaldo Senna, acervo particular.

Todos os brancos aparecem na primeira ou segunda fila, mais ou menos centralizados, e, ao contrário do que se pode imaginar, não eram apenas os homens cujas figuras aparecem na foto que estavam posando para ela. Podemos ver na borda de ambos os lados da fotografia alguns indivíduos que não couberam no enquadramento, aparecem apenas representados pelo pedaço do chapéu ou perfil, mas nenhum deles parece ser branco afinal, a posição desses não era periférica. De alguma forma esses indivíduos foram considerados desnecessários, um enquadramento mais amplo talvez prejudicasse a qualidade da foto, eles foram cortados em nome de um bem maior, que estava de acordo com os objetivos do fotógrafo. Infelizmente não sabemos quem fez tais fotografias, nem a mando de quem, muito menos qual era o objetivo destas, portanto o exercício dedutivo precisa ser ainda mais aguçado.

Seguindo neste exercício, vale mencionar novamente que não só a cor, mas as roupas os diferenciavam etnicamente. Os que aparentam ser britânicos portavam suspensórios, cintos, coletes e/ou paletós, são 11, e destes só não podemos afirmar com certeza sobre tais acessórios acerca de três dos que estão sentados, os da esquerda. Apesar desta distinção, a postura e roupas de alguns deles são roupas simples de quem não trabalha em escritório, com mangas dobradas e apenas uma camisa, mostrando o que já foi inferido através do processo gerado pelo crime que lá ocorreu, muitos britânicos desempenhavam funções externas e

pesadas na fábrica, lidando diretamente com os trabalhadores distinguidos como “empregados”. Tal grupo étnico não era composto apenas de homens ricos que investiam na região e cuidavam apenas da administração e lucros, mas moravam no local por anos, sendo atuantes junto às diversas áreas de produção e administração. Caixeiro, gerente, engenheiro são algumas das profissões elencadas ao longo do referido processo, e pelos depoimentos podemos entender que, de fato, lidavam diretamente com o dos “empregados”.

E estes empregados, por que alguns fazem questão de exhibir ferramentas de trabalho? Burke chama atenção para o fato de que por muito tempo foi comum que os fotógrafos compusessem cenários que parecessem espontâneos e fiéis a uma realidade que gostariam de mostrar mas, ao fazer isso, acabaram por revelar aspectos da cultura material do passado. A presença dessas ferramentas nas fotografias serão analisadas tendo-se em mente tal possibilidade de manipulação e buscando extrair um pouco da cultura material revelada. No canto esquerdo temos um homem na última fileira com uma foice, mais abaixo um com uma espécie de tigela, talvez usada para fazer algum tipo de massa, e um instrumento na outra mão que certamente seria usado em conjunto com o primeiro; no centro da foto, logo atrás dos britânicos mais distintos, vemos uma colher de pedreiro e uma marreta, no canto direito vemos um trabalhador que segura um martelo como se fosse uma cruz, deixando claro que desejava exhibir aquele instrumento cujo uso lhe deixava orgulhoso de si mesmo ou apenas atendendo ao pedido do fotógrafo; mais abaixo, um serrote é exibido na horizontal, e só não se destaca mais pois seu portador aparece apenas parcialmente na imagem; mais à esquerda desse, dois homens seguram o mesmo instrumento.

Alguns outros instrumentos se insinuam, mas é impossível distinguir sua natureza, porém podemos dizer que todos os identificados se ligam a construção, daí deduzirmos que talvez essas imagens remontam ao período de construção da fábrica, período que presumimos ser no início da década de 1880, ou de alguma ampliação já que outras fotografias deram mostra da existência de produção e por vários motivos aqui expostos supomos que são do mesmo período. Coadunando com esta assertiva, podemos nos referir à Fotografia 1, onde homens aparecem em meio a grandes tubos que parecem ter chegado e foram descarregados para uso em alguma estrutura a ser instalada ainda, já que içados por cordas e uma estrutura improvisada de madeira, abertos, sem nada dentro ou por eles passando, desconectados entre si, enfim, numa desordem condizente com construções em andamento.

Não só homens estão com instrumentos, mas alguns meninos que aparecem nas fotografias os portam e o motivo dificilmente alguém questionaria, a saber, eles também

trabalhavam na fábrica, caso contrário não os teriam nas mãos e, para além disso, o foco das fotografias em que eles aparecem, tanto na Fotografia 1 quanto na 4, são os trabalhadores. Na fotografia 4, do lado direito, temos um menino segurando um tipo de martelo e na 1 do lado esquerdo temos outro segurando um serrote. Aqui precisamos falar de um tema relacionado à formação e educação dispensada às crianças negras nesta época. Existia nesta região sul da Bahia um tipo de contrato gerenciado pelo Juiz de Órfãos chamado “Contrato de Soldada”, tendo sido tal instrumento jurídico estudado por Santos (2015). Consistiam em acordos movidos por cidadãos respeitáveis que objetivavam dar educação e trabalho a crianças órfãs e desassistidas – por órfãs entendia-se sem pai e por desassistidas entendia-se sem trabalhar, crianças que “vagabundeavam” pela rua.

Eram sempre negras, os contratos eram de 3 anos e o valor anual a ser pago pelo requerente à justiça para ser resgatado quando o menor atingisse a maioridade variava nos casos analisados na década de 1880 e início de 1890, entre 15\$000 e 25\$000 anuais, valor relativamente baixo supostamente justificado pelo fato de que, em teoria, crianças ainda não estão aptas para o trabalho pesado. Na imagem 4 podemos ver que nenhuma criança sequer usa sapatos, o que nos remete tanto à precariedade de sua situação – o juiz recomendava que o “locatário” as proviesse do necessário para viver, cuidasse em caso de enfermidade e lhes desse educação, num tom demasiadamente vago – quanto para o simbolismo da falta de sapato para o escravizado, o que nos permite refletir no quanto este tipo de exploração do trabalho tinha de reminiscência escravagista apesar de esses menino terem sido contemplados pela Lei do Ventre Livre de 1871.

Ora, os objetos deste instrumento jurídico eram crianças menores de idade – e geralmente abarcavam as de 9 a 15 anos – então não seria natural “não estarem fazendo nada”? E as crianças brancas da Vila faziam o que? Se acrescentarmos a isso o fato de que apenas em raríssimas exceções as mães das crianças têm voz nestes documentos e que os meninos frequentemente fugiam entenderemos que se tratava de um acordo entre a justiça e um cidadão do sexo masculino que ignorava as mães, negras e mestiças, e seus filhos gerados neste mundo escravista e profundamente marcado pelo cativo. Se somarmos a estas questões os relatos de maus tratos que certamente eram a causa das constantes fugas, o fato de ser ignorada a parte do texto padrão que a justiça fazia os contratantes assinarem sobre a obrigação de matricularem essas crianças na escola da Vila, ou ainda o não cumprimento da promessa de lhes ensinar uma profissão, será quase impossível não questionar a persistência das relações escravistas.

O questionamento do trabalho infantil é relativamente recente, portanto não se pode julgar o fato com os valores contemporâneos. Desse modo, voltamos à fábrica e a seus funcionários infantis podendo afirmar que, diante do conhecimento e análise deste peculiar instrumento jurídico, o trabalho infantil era não apenas permitido como também regulamentado e desejável em vários sentidos. Assim, na Fotografia 1, o único menino que aparece está com um serrote e na 4, o mesmo aparece com um martelo. Isso nos permite relacionar a presença dessas crianças aos contratos de soldada pois, no período estudado, a profissão mais buscada para os meninos é a de carpina, um tipo de ofício na lida com a madeira, espécie de carpinteiro. Tanto nas raras vezes em que as próprias crianças têm voz no processo, quanto nos que a mãe se pronuncia, são comuns falas indicando o quanto essa profissão era promissora. Isso ajuda a entender o que faziam estes dois instrumentos nas mãos da mesma criança, possivelmente tratava-se de um dos meninos tomados a soldada por algum mestre carpina que se empregou na fábrica.

Talvez o menino que aparece nas duas fotografias fosse Antônio, natural de Barcelos e residente em Marauá, filho do falecido Vitorino dos Santos. Foi requerido inicialmente pelo Coronel Carolina Pereira da Silva pela quantia de 20\$000 anuais, e em 1886 foi “dado a soldada” a Dr Dionizio Ferreira da Silva pela mesma quantia. Foi requerido em 1889 por Bernardino Nery de Lemos para que aprendesse o ofício de carpina, mas em 1891 fugiu dele pra pedir que Virgílio Soares Gomes lhe ensinasse o ofício, pois o primeiro não o estava fazendo. Ele assim solicitou Antônio a soldada, mas foi informado de que estava “dado” a Bernardino, e o juiz de forma quase inédita chamou o menor, então com 15 anos, para perguntar com quem desejava ficar, ao que responde Virgílio, pois Bernardino nada lhe ensinava e ainda o tratava mal, enquanto o primeiro tinha outros meninos a quem de fato ensinava o ofício que ele tanto desejava aprender.⁶ Poderia também ser Lourenço, menino de 11 anos, filho de Jecundina, mulher negra que tinha alguns filhos “tomados a soldada”, a quem Francisco de Sousa Vivas requereu em 1884, mas ela foi pedir ao juiz que não o desse pois já tinha acertado com o mestre carpina Luiz Dionísio Damasceno D’Assunção para ensinar o ofício ao menino.

Isso mostra que a ausência materna não era uma simples omissão, mas uma atitude deliberada da justiça que sequer consultava a mãe antes de o entregar a um cidadão qualquer que requeresse um órfão negro que estava fora da escola e “vagabundeando” – como muitos

⁶ Todos os processos desse teor são referendados no APEB como “Autos de Soldada” e encontram-se em sua Sessão Judiciária.

se expressavam para justificar o requerimento pra “tomar a soldada” determinado menor –, caso contrário Jecundina não teria precisado correr ao juiz, pois seria consultada e poderia negar dar seu filho a Vivas. É inclusive frequente o não prosseguimento de alguns contratos ou o pedido para que fosse dada baixa devido à perfilhação do menor por algum homem que se dizia novo esposo da mãe depois deste ter sido requerido por algum “contratante”, o que leva a crer que era um favor que estes homens faziam às mães dos menores para que seu filho ficasse livre de “locatários” perversos. Ou seja, depois que o filho era “dado” pela justiça, a mãe precisava que um homem, na pessoa de um novo “locatário” ou de seu suposto marido assumindo seu filho para que este ficasse livre da negociação que envolvia exclusivamente a justiça e um cidadão qualquer que o tivesse requerido.

No processo de Lourenço existem outras peculiaridades além da voz materna que costumava estar ausente dos processos, como a entrega do menor a Damasceno sem a estipulação do valor anual a ser depositado em juízo, como era de praxe, e o período de 5 anos em lugar dos 3 como era o usual. É gritante a luta da mãe era para que seu filho aprendesse um ofício já que o via como seu meio de sustento no futuro, devendo portanto usar os meios que tinha, no seu ponto de vista, para lhe dar uma formação ou algo que assim servisse. Isso serve para entender o porque de não ser estipulado valor, afinal o conhecimento que o mestre lhe daria seria mais importante que o valor quase simbólico que era pago nesses contratos.

Por fim, o documento menciona que, decorridos 4 anos, ou seja, quando tinha 15 anos, Lourenço ameaçou Damasceno por tê-lo repreendido, e por isso foi dado baixa no contrato pois o mestre alegou que não poderia mais viver com ele. O fato ocorreu “no estaleiro onde trabalhavam” – inexistindo outra referência mais específica –, que bem poderia ser o da fábrica, e isso nos leva a pensar até que ponto o fato de Damasceno ser possivelmente empregado na fábrica não foi o motivo desta mãe ter ido ao juiz pedir que desse seu filho a ele por 5 anos e nem sequer precisasse pagar os valores anuais, já que seria um possível empregado da fábrica, assim como seu mestre, e isso talvez lhe garantisse uma velhice tranquila pois seu filho além de profissão teria emprego no maior empreendimento da região. Na fábrica certamente tal ofício era útil e numerosos os empregados na área pois por exemplo as caixas e barricas contendo os derivados de petróleo ali produzidos eram de madeira. Também nas fotografias 2 e 3 podemos observar o quanto de madeira existia na estrutura da fábrica além das próprias barricas, como o carrinho de transporte dos trilhos, as estruturas na beira do rio que serviam para içar barcos e mercadorias enfim.

Segundo Burke (2004), a importância das imagens muitas vezes está nos detalhes que os próprios artistas – incluindo-se aqui o fotógrafo – inconscientemente nos deram, o que faz da busca pelas pequenas pistas um caminho metodológico a ser seguido pelo historiador. Acima, tentamos fazer isso, inferindo das imagens informações impossíveis de se tirar dos documentos escritos, pistas deixadas consciente ou inconscientemente pelo fotógrafo e pelos fotografados. Também o fizemos pela junção das informações extraídas de diferentes tipos de fontes (escritas e iconográficas) para compor um conhecimento coeso acerca do funcionamento deste empreendimento britânico em peno sul baiano novecentista do qual foram deixados tão poucos vestígios.

Referência Bibliográfica

- BURKE, Peter. Testemunha ocular: História e Imagem. São Paulo, Bauru: Edusc, 2004.
- FREIRE, Bárbara Lemos. Ivan Guanais. Maráú, luz do Sol ao Amanhecer. Salvador, 2008.
- FREIRE, Gilberto. Ingleses. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942.
- FRENDT Jr, Roberto. Investimentos ingleses no Brasil, 1870-1913. In: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, julho/setembro de 1977.
- GRAHAM, Richard. Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- GUENTER, Louise. The British community of 19th century Bahia: public and private lives. University of Oxford. Centre for Brazilian Studies, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. A Era dos Impérios. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. Entre o fim do império da farinha e início da república do cacau: negros em festas, sociabilidades e racialização no Sul da Bahia (1870-1919). Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

_____. Escravos, libertos e livres pobres: sujeitos da Transição diante de novos tempos no mundo do trabalho, abolição, República e cacau no sul baiano In: Historien Revista de História; Petrolina, out./abr. 2011, pp. 91 a 99.

SAMPAIO, M. G. V. Padrão dos investimentos britânicos e a modernização conservadora na economia baiana oitocentista In: Revista crítica de História. Ano I, N. 2, dezembro de 2010.

_____. Presença britânica no serviço público da cidade de Salvador: o caso da Bahia Gas Company Limited (1861-1894) In: FERLINI, Vera Lúcia, MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro (orgs.) .). História econômica: agricultura, indústria e populações. São Paulo: Alameda, 2006.

Sociedade Brasileira de Cartografia Boletim da SBC. Boletim – mensal fevereiro – 2004. Nº 51. Berço da engenharia brasileira, Largo de São Francisco. Disponível em: <www.cartografia.org.br>. Acessado em: 10 de setembro de 2014.

TEIXEIRA, CID. História do Petróleo na Bahia. Salvador – BA: Editora Fernando José Caldas Oberlaender, 2010.

VAITSMAN, Maurício. O Petróleo no Império e na República. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2001.

Rute Andrade Castro: Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Especialista em História da Bahia pela mesma Universidade e Mestre pelo programa Multidisciplinar em Memória, Cultura e Desenvolvimento Regional - UNEB, atualmente é doutoranda pelo PPGH - UFBA. Foi professora substituta da Universidade do Estado da Bahia e atualmente sou professora efetiva no Eixo Curricular Europa no Campus XIV - UNEB.

Artigo recebido para publicação em: julho de 2017
Artigo aprovado para publicação em: julho de 2017

Como citar:

CASTRO. Rute Andrade. Vestígios de uma fábrica britânica em fotografias de seus trabalhadores. **Revista Transversos. “Dossiê: Áfricas e suas diásporas”**. Rio de Janeiro, n.º. 10, pp.102-119, Ano 04. ago. 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528.
DOI: 10.12957/transversos.2017.29543

